

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.449.357 - MG (2019/0040079-6)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **ELIZABETH AMARAL JACOBY**
ADVOGADO : **LILLIAN JORGE SALGADO - MG084841**
AGRAVADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADO : **RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - MG131512**

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por ELIZABETH AMARAL JACOBY, contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial interposto pela recorrente, com base nos seguintes fundamentos: *i*) incidência da Súmula 7/STJ (acerca da ausência da verossimilhança para a inversão do ônus da prova e da inexistência de hipossuficiência da recorrente) e aplicação da Súmula 83/STJ, quanto aos efeitos da ausência de impugnação específica.

No entanto, da leitura do agravo em recurso especial, observa-se que a agravante não impugnou de maneira os fundamentos da decisão estadual relativos à incidência da Súmula 7/STJ, quanto à inexistência de hipossuficiência da recorrente e à aplicação da Súmula 83/STJ, em razão do julgado colacionado nas razões recursais, não guardar qualquer similitude com o fundamento deduzido na decisão estadual.

Desse modo, não havendo a impugnação consistente de todos os fundamentos da decisão recorrida, aplicável se torna a Súmula 182 desta Corte.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ .

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente de 15% (dez por cento) para 20% (quinze por cento) sobre o valor da condenação (e-STJ fl.

502).

Previno a parte recorrente que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

